

QUANTO MAIS FILIADOS, MAIS PODER? DENSIDADE DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E ESTRUTURA ORGANIZATIVA DOS PARTIDOS NO BRASIL (2009-2022)

TITO LÍVIO CABRAL RENOVATO SILVA¹;
ÁLVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO²

¹Universidade Federal de Pelotas – titocabralrenovato@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – albarret.sul@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O tema deste projeto é a filiação partidária no Brasil, tendo como recorte temporal os anos de 2009 a 2022. Portanto, busca-se relacionar a expansão ou a redução da estrutura organizacional de 23 partidos políticos brasileiros com as variações das taxas de densidade da filiação partidária observada em cada uma das legendas durante esse período.

A filiação partidária foi negligenciada da agenda de estudos sobre os partidos políticos europeus até meados dos anos 1980, quando o trabalho pioneiro de Bartolini (1983) afere os números de filiados dos partidos socialistas e social-democratas da Europa Ocidental entre 1889 e 1978. Contudo, a relevância da aferição do número de membros de um partido já havia sido ressaltada anos antes por Duverger (1970) como forma de observar a evolução e a composição social das organizações partidárias, apesar da dificuldade de se obter dados confiáveis junto aos partidos. Desde então, uma série de estudos tem observado a redução no número de filiados nos partidos europeus entre os anos 1980 e 2010 (KATZ *et. al.*, 1992; MAIR, VAN BIEZEN, 2001; VAN BIEZEN, MAIR, POGUNTKE, 2012)¹, embora poucos tenham apresentado as causas desse fenômeno, como por exemplo, mudanças nas estratégias eleitorais dos partidos (SCARROW, 1996).

No Brasil, a filiação partidária não foi inserida na agenda de estudos dos partidos políticos, sendo negligenciada até hoje. As questões que orientam os pesquisadores europeus sequer são cogitadas na literatura nacional. Quando os filiados são tomados como unidade de análise, o estudo de Ribeiro e Amaral (2019) sobre a participação política de alta-intensidade dos filiados do estado de São Paulo é o único encontrado na Ciência Política brasileira. Contudo, ao contrário do contexto europeu, o Brasil dispõe de uma base de dados pública disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pois a legislação eleitoral obriga os partidos a enviarem à Justiça Eleitoral a relação de seus filiados, para fins de candidatura a cargos eletivos².

O estudo de Speck (2013) foi o primeiro a explorar a série histórica do TSE acima mencionada. Em seguida, vemos os estudos de Mingardi (2018) – que constrói a noção de “ciclo” da filiação partidária³ – e de Cervi, Terron e Soares

¹ Mudanças na estrutura social têm sido indicadas como as principais causas das transformações internas nas organizações partidárias da Europa Ocidental, o que levou a construção de uma subárea de investigação preocupada com o “declínio dos partidos” (*party decline*). Segundo Von Beyme (2020, p. 16), o “declínio dos partidos” pode ser percebido por meio dos seguintes indicadores: a) número decrescente de filiados; b) aumento da volatilidade eleitoral; c) baixa identificação dos eleitores com os partidos. Para mais detalhes, ver Wiesendahl (2020). Para uma crítica desses diagnósticos, ver Scarrow (2000).

² Ver o art. 19, *caput*, da Lei nº 9.096/1995.

³ Partindo da noção biológica de “ciclo da vida” – o indivíduo nasce, cresce e morre –, Mingardi (2008, p.34) entende que o fenômeno da filiação partidária é constituído pela inter-relação entre três

(2020) em relação às dimensões temporais e espaciais do fenômeno da filiação partidária. Esses autores observaram que o percentual de crescimento da filiação partidária foi maior do que o do crescimento vegetativo do eleitorado (SPECK, 2013; CERVI, TERRON, SOARES, 2020).

Porém, do ponto de vista organizacional, a literatura nacional ainda não dispõe de investigações que enfoquem o fenômeno da filiação partidária tendo os partidos políticos como unidade de análise. Por isso, com vistas a preencher parte dessa lacuna – com base nesse enfoque organizacional –, a proposição geral deste projeto de pesquisa é o de verificar em que medida a organização interna de 23 partidos políticos brasileiros com registro no TSE explica as variações nas taxas de densidade da filiação partidária observadas em cada uma destas legendas entre os anos de 2009 e 2022. A densidade da filiação partidária é um indicador obtido por meio da razão entre o número de filiados de cada partido sobre o total de eleitores do município⁴. Portanto, a hipótese está baseada na relação entre a criação ou a extinção das unidades organizativas dos partidos (dimensionada pelo número de diretórios e comissões provisórias nos municípios) e o aumento ou a redução da densidade da filiação partidária de cada um dos partidos analisados.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza mista, que demanda técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa. A primeira fase consiste numa pesquisa documental, onde coletaremos os estatutos dos seguintes partidos: São eles: PCdoB, PCB, PCO, PDT, PMDB/MDB, PMN, PP, PPS/CIDADANIA, PR/PL, PRB/REPUBLICANOS, PRTB, PSB, PSC, PSDB, PSDC/DC, PSOL, PSTU, PT, PTB, PTC/AGIR, PTdoB/AVANTE e PV. Excluem-se da investigação os seguintes partidos, em virtude de terem sido criados, extintos, incorporados ou fundidos a outros partidos no intervalo temporal analisado: PAN, PEN/PATRIOTA, PFL/DEM, PGT, PHS, PMB, PPL, PRONA, PROS, PRP, PSD, PSD (criado em 2011), PSL, PST, REDE e SOLIDARIEDADE⁵.

Na segunda etapa coletaremos dados de natureza quantitativa, referentes ao número de eleitores filiados por partido político e o número de órgãos partidários (diretórios e comissões provisórias). O objetivo é medir a densidade da filiação partidária por município e observar a evolução entre os anos de 2009 e 2022 para cada um dos 23 partidos objetos de análise.

A terceira etapa da pesquisa constitui-se numa análise descritiva dos dados coletados na etapa anterior. Os dados referentes ao número de diretórios e comissões provisórias serão expostos em tabelas com o objetivo de comparar as semelhanças e diferenças entre os partidos no tocante à dimensão das suas unidades organizativas distribuídas pelo território nacional.

conceitos: o filiado entra no partido (recrutamento partidário), opta por atuar ou não no interior do partido (ação partidária) e decide por desligar-se do partido (desligamento partidário).

⁴ Segundo Katz *et. al* (1992), dentre as três medidas pelas quais se pode observar a força da filiação partidária num dado contexto nacional ou entre países, a razão Membro/Eleitorado se mostra mais vantajosa, pois controla o tamanho do eleitorado nacional.

⁵ O PSD (Partido Social Democrático) existiu entre 1987 e 2002 e não deve ser confundido com o atual PSD, cujo registro data do ano de 2011. O antigo PSD, assim como o PAN, foi incorporado ao PTB. PGT, PRONA e PST foram incorporados ao PL. PHS foi incorporado ao PODEMOS. PPL foi incorporado ao PCdoB. PRP foi incorporado ao PATRIOTA. PFL/DEM e PSL se fundiram em 2022 e deram origem ao UNIÃO BRASIL (Fonte: PAIVA, FERREIRA, STÁBILE, 2008; Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - CPDOC-FGV; Tribunal Superior Eleitoral).

Na quarta etapa testaremos a hipótese apresentada por meio de um teste de regressão linear adequado para associar a variação da taxa de densidade da filiação partidária com o número de diretórios e comissões provisórias dos partidos brasileiros.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No sítio eletrônico do TSE encontramos uma série histórica do quantitativo de eleitores filiados aos partidos políticos devidamente registrados. De acordo com o Gráfico 01, no mês de outubro de 2002 – quando tem início a série histórica –, o Brasil contava 11.131.135 eleitores filiados, o equivalente a 9,7 % de um total de 115.253.834 eleitores; em outubro de 2022, contava 15.873.160, o que corresponde a 10,1% de um total de 156.454.011 eleitores. O gráfico aponta que o percentual é alto em relação àqueles observados nas democracias consolidadas da Europa Ocidental (KATZ *et. al.*, 1992; MAIR, VAN BIEZEN, 2001) e da Europa Oriental ou pós-comunista (VAN BIEZEN, MAIR, POGUNTKE, 2012), cuja média em 2012 era de 4,7% do eleitorado⁶.

A maioria dos partidos brasileiros registra crescimento na taxa de densidade da filiação. Ao menos dois partidos registram percentual de crescimento acima dos 100%; são os casos do PSOL e PODEMOS. O PSOL é o caso mais emblemático, pois este quase quadruplicou sua densidade. O PODE incorporou o PHS em 2019, o que pode explicar o aumento significativo. O REPUBLICANOS quase atingiu 100% de crescimento. Em dez partidos observa-se redução, sendo o PCB o caso mais significativo. MDB e PT são aqueles com maior densidade, possuindo pouco mais de 1% do eleitorado brasileiro em seus quadros, apesar do primeiro registrar queda. No Apêndice 01 é possível observar a trajetória da densidade da filiação de cada um dos partidos entre 2009 e 2022.

4. CONCLUSÕES

Grande parte dos partidos políticos brasileiros possuem mais filiados e maior penetração no eleitorado do que seus semelhantes em democracias há muito consolidadas, como por exemplo, os partidos Conservador (*Conservative Party*) e Trabalhista (*Labour Party*) no Reino Unido, e os partidos Social Democrata (SPD) e União Democrata-Cristã (CDU), na Alemanha⁷, mesmo considerando a diferença do número total de eleitores entre esses países e o Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERVI, E. U.; TERRON, S.; SOARES, G. A. D. (2020) Filiação partidária: uma importante variável esquecida no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 26, n. 3., p. 494-521.

DUVERGER, M. (1970). **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

⁶ Áustria e Chipre foram os únicos casos que ultrapassaram a média das 27 democracias analisados por Van Biezen, Mair e Poguntke (2012), contando com 17,3% e 16,3%, respectivamente.

⁷ De acordo com os dados apresentados por Van Biezen, Mair e Poguntke (2012), os partidos Conservador e Trabalhista britânicos registram em 2008, respectivamente, 250.000 e 166.000 filiados. O Partido Social Democrata (SPD) e a União Democrata-Cristã (CDU) registram em 2007, respectivamente, 539.861 e 536.668 filiados.

KATZ, R. S. et al. (1992). The membership of political parties in European democracies, 1960—1990. **European Journal of Political Research**, 22, p. 329-345.

MAIR, P.; VAN BIEZEN, I. (2001). Party Membership in Twenty European Democracies, 1980-2000, **Party Politics**, v. 7, n. 1, 2001, pp. 5-22.

MINGARDI, L. M. **O ciclo da filiação partidária no contexto brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PAIVA, D. F.; BATISTA, C. M.; STABILE, M. (2008). A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional (1982-2006). **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p.432-453.

PANEBIANCO, A. (2005). **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes.

RIBEIRO, P. F.; AMARAL, O. E. do (2019). Party Members and High-Intensity Participation: Evidence from Brazil. **Revista de Ciencia Política (Santiago)**, 39(3), 489-515.

SCARROW, S. E. (1996). **Parties and their members**: organizing for victory in Britain and Germany. Oxford, UK: Oxford University Press.

SPECK, B. W. (2013). Nem ideológica, nem oportunista: a filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. 14, n. 2., p. 37-60.

VAN BIEZEN, I.; MAIR, P.; POGUNTKE, T. (2012). Going, going, ... gone? The decline of party membership in contemporary Europe. **European Journal of Political Research**, 51, pp. 24–56.

Documentos eletrônicos

BRASIL. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. *DOU*, Brasília, DF, 20 set. 1995. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9096.htm>. Acesso em: 05 out. 2022.